

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SAGRADO CORAÇÃO

GIOVANNA MANFRIN BATISTA

**IMPACTOS DAS MULHERES EM PAPÉIS DE LIDERANÇA NA POLÍTICA
INTERNACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O GOVERNO DE MICHELLE
BACHELET**

BAURU-SP
2022

GIOVANNA MANFRIN BATISTA

**IMPACTOS DAS MULHERES EM PAPÉIS DE LIDERANÇA NA POLÍTICA
INTERNACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O GOVERNO DE MICHELLE
BACHELET**

Monografia de Iniciação Científica para
apresentação ao Centro Universitário
do Sagrado Coração – UNISAGRADO
como parte integral do curso de
Relações Internacionais sob
orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente
Lippe Pasquarelli

BAURU-SP
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B333i	<p>Batista, Giovanna Manfrin</p> <p>Impactos das mulheres em papéis de liderança na política internacional: um estudo sobre o governo de Michelle Bachelet / Giovanna Manfrin Batista. -- 2022. 38f.: il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli</p> <p>Monografia (Iniciação Científica em Relações Internacionais) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Teoria Feminista. 2. Relações Internacionais. 3. Políticas Internacionais. I. Pasquarelli, Bruno Vicente Lippe. II. Título.</p>
-------	---

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que também estão na busca pela igualdade de gênero.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha família e amigos por todo apoio durante a elaboração deste trabalho de pesquisa de Iniciação Científica. E também gostaria de agradecer ao Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO) pela oportunidade de ter realizado esse projeto durante meu primeiro ano. Por fim, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli pela orientação.

RESUMO

O tema dessa pesquisa é a importância da Teoria Feminista para os estudos das Relações Internacionais. O discurso sobre gênero como fonte complexa de organização de poder, instituições e hierarquias torna-se cada vez mais central para os Estudos de Gênero em RI. O estudo pretende aprofundar-se na temática da Teoria Feminista em Relações Internacionais, considerando que mulheres em posições de poder são muitas vezes alvos de críticas, falta de confiança e de credibilidade, sendo esses posicionamentos frutos de um preconceito inerente às sociedades habituadas a sistemas patriarcais. Por conta deste cenário, este trabalho de Iniciação Científica utilizou-se de pesquisas bibliográficas de estudiosos sobre a temática para que fosse possível uma análise desse sistema internacional caracterizado pela desigualdade de gênero e suas implicações na política externa. Analisando as ações de uma líder de Estado mulher, Verónica Michelle Bachelet Jeria, ex-presidente da república do Chile, o estudo pretende aprofundar-se na temática da Teoria Feminista em Relações Internacionais. Serão analisados os impactos que ela causou no sistema internacional, buscando desmistificar a ideia de que mulheres teriam menor capacidade de tomar decisões de alta importância, indicando fragilidade da figura feminina e colocando-a de e inferioridade à figura masculina.

Palavras-chave: Teoria Feminista; Relações Internacionais; Políticas Internacionais.

RESUMEN

El tema de esta investigación es la importancia de la Teoría Feminista para los estudios de las Relaciones Internacionales. El discurso sobre género como fuente compleja de organización de poder, instituciones y jerarquías se vuelve cada vez más central para los Estudios de Género en RI. El estudio pretende profundizar en la temática de la Teoría Feminista en Relaciones Internacionales, considerando que las mujeres en posiciones de poder son a menudo objeto de críticas, falta de confianza y credibilidad, estas posiciones son fruto de un prejuicio inherente a las sociedades acostumbradas a sistemas patriarcales. Por cuenta de este escenario, ese trabajo de Iniciación Científica se utilizó de investigaciones bibliográficas de estudiosos sobre la temática para que fuera posible un análisis de ese sistema internacional caracterizado por la desigualdad de género y sus implicaciones en la política exterior. Analizando las acciones de una líder de Estado mujer, Verónica Michelle Bachelet Jeria, ex-presidente de la República de Chile, el estudio pretende profundizar en la temática de la Teoría Feminista en Relaciones Internacionales. Serán analizados los impactos que ella causó en el sistema internacional, buscando desmitificar la idea de que mujeres tendrían menor capacidad de tomar decisiones de alta importancia, indicando fragilidad de la figura femenina y colocándola de inferioridad a la figura masculina.

Palabras clave: Teoría Feminista; Relaciones Internacionales; Políticas Internacionales.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
2. MATERIAIS E METODOS	14
3. RESULTADOS	15
3.1 GÊNERO E SEXO.....	15
3.2 O FEMINISMO	17
3.2.1 O feminismo nas Relações Internacionais	18
3.3 CARÁTER MASCULINO NO SISTEMA INTERNACIONAL	26
3.4 MULHERES EM CARGOS DE PODER.....	28
3.4.1 Poucas mulheres em cargos ministeriais e em organismos internacionais .	30
3.5 MICHELLE BACHELET	32
3.5.1 Michelle Bachelet como nova chefe de direitos humanos da ONU	33
3.5.2 Atuação na ONU a partir da defesa dos direitos das mulheres	33
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da história documentada, a figura feminina vem sendo desvalorizada em seu papel como indivíduo produtivo e participativo das sociedades, tendo seu papel, em grande parte, relegado a reprodutora e cuidadora do lar. Figuras como Aristóteles, por exemplo, discutiam a respeito do valor que a mulher tem para a comunidade, concluindo que a mulher seria “um desvio, como uma relação imperfeita” (JOAQUIM, 1994, p.79). Disso compreendemos o motivo de, na cultura grega, uma das formadoras da cultura ocidental, o homem estar relacionado à uma ideia de ordem e racionalidade, enquanto a mulher estaria próxima da desordem, da paixão e dos desejos. Tais relações são percebidas em diversos mitos da cultura grega, como, por exemplo, o mito da Medusa. Apesar de mitos não serem uma representação fria da sociedade, eles nos demonstram aspectos socioculturais inerentes a elas e a permanência do embasamento nessas culturas não pode justificar a desigualdade entre os gêneros, como explica Lígia Amâncio (1998).

A muito custo conseguiu-se o rompimento dos ideais que mantinham as mulheres presas aos papéis de objeto, que as colocavam em posições de subserviência e passividade, sendo fruto de um processo em grande parte não reconhecido e até mesmo repudiado, e que tem suas significações distorcidas por parte da sociedade: o feminismo. Infelizmente, tais entendimentos são pintam o movimento em uma luz negativa por desconhecerem a real luta do movimento. Não fosse pelas primeiras feministas, direitos e possibilidades vistos hoje como básicos pelas mulheres da atualidade talvez não tivessem sido conquistados, como o voto, o trabalho fora de casa e a independência da figura masculina. Sendo assim, é válido retomar a definição do termo, resgatando a essência ideológica e atuante do movimento feminista.

Segundo Ana Alice Alcântara Costa (2009), o feminismo seria um movimento essencialmente moderno, que surge no contexto do Iluminismo, da Revolução Francesa e Americana, se espalhando em um primeiro momento pelos países europeus e norte-americanos. Pode-se entender o feminismo, também, como um “movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos” (OLIVEIRA, 1969, p.424). No âmbito das Relações Internacionais não é diferente: a mulher dificilmente está associada a um alto cargo político, responsável por importantes decisões. Normalmente, as

mulheres são relegadas a cargos considerados, baseando-se na visão machista enraizada na sociedade, como os “mais adequados para elas”, como o da área da educação, por exemplo (BELLA ABZUG, 1972). Para a nossa sociedade ainda há um certo receio em assistir a ascensão de uma mulher a cargos de extrema confiança, como o de chefe de Estado ou ministro das relações exteriores, tradicionalmente ocupados por homens, visto, esta, ao mito da baixa competência feminina. Outro campo no qual também pode ser observada a falta de representatividade feminina é no das ciências, inclusive no da teoria em Relações Internacionais, uma vez que a maioria das pesquisas desenvolvidas e dos teóricos mais renomados, salvo algumas exceções, são homens. Em contrapartida a essa corrente, a teoria feminista das relações internacionais deixa de lado os estereótipos de ingenuidade e fraqueza de caráter e raciocínio das mulheres e analisa como seria o sistema internacional se as decisões fossem efetuadas por elas.

É verdade que, cada vez mais, apesar dos estereótipos e preconceitos, mulheres têm, com muito esforço, conseguido alcançar altos cargos de chefia e liderança, tanto na iniciativa privada, quanto no poder público. É o caso da líder de Estado Verónica Michelle Bachelet Jeria, cujas medidas governamentais e impactos sociais serão analisados nesta pesquisa. Para tanto, é importante conhecer previamente suas histórias.

Verónica Michelle Bachelet Jeria, nascida em 29 de setembro de 1951, em Santiago, no Chile, foi a primeira presidente mulher do país, governando em dois mandatos, de 2010 até 2018. Enquanto se graduava em medicina, foi torturada na ditadura de Pinochet. Após seu exílio, no ano de 1975, viveu na Austrália e na Alemanha Oriental, estudando na Universidade de Humboldt, de Berlim. Verónica tornava-se, assim, ativa na política socialista. Em 1979 retornou ao Chile, e posteriormente concluiu sua graduação em medicina, tornando-se habilitada a trabalhar em clínicas que atendiam pessoas que haviam sido torturadas. Após o fim da ditadura chilena, em 1990, Bachelet se tornou mais ativa na política, com enfoques nos setores da saúde e militar. Em 1994 foi nomeada como assessora de saúde e, posteriormente, estudou assuntos militares na Academia Nacional de Estratégia e Política do Chile, bem como no Colégio Interamericano de Defesa, em Washington. Em 1973, Verónica Bachelet foi nomeada ministra da saúde, e em 2002, se tornou a primeira mulher a liderar o Ministério da Defesa. Finalmente, no

dia 15 de janeiro de 2006, Verónica Michelle Bachelet Jeria foi empossada como presidente do Chile

Se fossem deixados de lado os preconceitos quanto à capacidade de uma líder de Estado mulher, resultando assim na presença de mais mulheres na representação governamental ao redor do globo, assim como aconteceu com as três líderes supracitadas, quais seriam as realidades das sociedades que as elegeram? Quais poderiam ser as mudanças notadas nesses casos? Nessa pesquisa serão abordadas justamente essas questões, colocando em comparação a situação prévia e posterior dos Estados governados por mulheres.

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O movimento feminista buscava, em um primeiro momento, igualdade de direitos das mulheres frente aos homens, ou seja, buscava que se permitisse às mulheres o mesmo que era permitido aos homens, podendo citar o direito aos frutos de seu próprio trabalho, ao voto e à liberdade sexual, dentre outros.

Atualmente, mesmo com todas as conquistas e o maior reconhecimento do movimento, infelizmente a mulher ainda é vista como inferior ao homem na esfera profissional, havendo assim, grande diferença salarial, mesmo os mesmos cargos, e uma menor presença feminina em posições de liderança e chefia. Isso é reflexo da sociedade machista na qual estamos inseridos. O abismo entre homens e mulheres no ambiente profissional é alimentado pelo senso comum, que dita a existência de cargos e trabalhos pertencentes a determinado sexo em detrimento de outro. Assim, não é difícil uma mulher ser barrada de determinada posição ou emprego sob a justificativa de que aquele é um “ambiente masculino”.

O avanço da participação feminina no trabalho aumenta consideravelmente, porém a posição real da mulher não é das mais promissoras. Apesar de encontrar-se aberto para ela o mercado de trabalho, ainda é considerada mão-de-obra de reserva. Mesmo quando possui qualificação profissional, é induzida a exercer profissões femininas (cf. Isto não é serviço para mulher) e os cargos mais importantes ainda são reservados aos homens. Até hoje impera o preconceito de que as mulheres foram feitas para desempenhar tarefas secundárias (LEITÃO, 1988, p. 74).

Além do citado, vale mencionar que feminino é enaltecido por características distintas das que louvam no masculino. Percebe-se isso pela forma como as mulheres costumam ser elogiadas por sua beleza e sensualidade, por exemplo, contrapondo-se às características elogiadas nos homens, como a inteligência e

sabedoria. Dessa forma, todas as mulheres que convivem em ambientes predominantemente masculinos, como o alto escalão do governo ou as diretorias e presidências das empresas, por exemplo, tendem a ser valorizadas por suas características ligadas à masculinidade. De acordo com Bourdieu (2010): “a virilidade é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”, fato que é claramente comprovado quando mulheres ocupam cargos de destaque.

Levando para o âmbito das Relações Internacionais não é diferente, como se nota pela entrada tardia das mulheres nessa disciplina, que é, até hoje majoritariamente masculina. Para Tickner (2001), a entrada das feministas no estudo das Relações Internacionais pode ser dividida por períodos ou gerações. A primeira geração preocupou-se em desafiar o viés masculino que predominava na área, criticando a estrutura vigente em seus trabalhos. A segunda geração colocou em evidência as questões de gênero e a mulher por meio de investigações sociológicas baseadas na identidade.

Aproximando o olhar da área acadêmica, pode-se perceber que a produção de pesquisas se vincula ao construtivismo pós-crítico, preferindo análises históricas e sociológicas de como se estruturam as relações de poder. Neste contexto é inserida a situação das mulheres, tanto internamente ao Estado, quanto nas estruturas internacionais, buscando por esse meio, um caminho para a alteração desse quadro. Agregando a essa produção de pesquisas, se encontram os estudos feministas pós-coloniais, que estabelecem a identidade relacionada ao contexto histórico e social enquanto procuram adicionar também o gênero na análise, compreendendo então o funcionamento das relações de poder, como descreve Mohanty:

Estos razonamientos no están en contra de la generalización, sino más bien a favor de generalizaciones cuidadosas e históricamente específicas que respondan a realidades complejas. Mis razonamientos tampoco niegan la necesidad de formar identidades y afinidades políticas y estratégicas. Así pues, mientras que las mujeres de diferentes religiones, clases y castas en la India pueden formar una unidad política basada en la organización en contraposición a la brutalidad policíaca hacia las mujeres (ver Kishwar y Vanita 1984), el análisis de la brutalidad policíaca debe ser contextual. Las coaliciones estratégicas que construyen identidades políticas de oposición para sí mismas están basadas en uniones provisionales, pero el análisis de estas identidades de grupo no puede basarse en categorías universalistas y antihistóricas (2011, p. 16).

Através do apresentado, propõe-se a necessidade de um novo olhar a respeito de como se analisam as situações envolvendo mulheres que alcançaram cargos de importância no cenário internacional, as chefes de Estado. A dificuldade em ver mulheres nestes cargos se deve ao fato de que, na maioria dos casos, o nacionalismo reflete a imagem de patriotismo, dificilmente relacionado no inconsciente coletivo às mulheres, tal qual explícito por Cynthia Enloe, em seu livro “Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics” (2011): quando a mulher se viu na posição de nacionalista, ela se deparou com uma imagem deturpada sobre o papel feminino na nação, relacionada aos símbolos da nação violada, da nação que sofre, da nação que está em reprodução e o mais puro de uma nação. Essa comparação simbólica reduziu a participação genuína das mulheres em movimentos nacionalistas. Por conta disso, estudaremos o impacto provocado no Sistema Internacional por uma mulher que alcançou o cargo máximo do governo em seu país: Verónica Michelle Bachelet Jeria.

1.2 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Este projeto tem como objetivo geral explorar os impactos ao sistema internacional derivados da inserção de mulheres cargos de liderança de Estado, tendo como foco figuras femininas; analisando a forma como a presença da desigualdade de gênero afetou as relações exteriores, compilando os fatos e chegando a uma conclusão sobre os efeitos das lideranças femininas sobre o cenário internacional.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Demonstrar a importância da pesquisa e da busca pela verdade em torno da representatividade feminina;
- b) Desmistificar o real significado da luta feminista e trazer seu verdadeiro conceito para o âmbito internacional.

1.3 JUSTIFICATIVA

Em sua maior parte, as análises sob a ótica das Teorias Feministas nas Relações Internacionais focam na ausência da participação feminina na tomada de decisões de proporções internacionais, bem como na forma como as mulheres e suas percepções são vistas (JONES, 1994). Em relação à líder Verónica Michelle

Bachelet Jeria, ex-presidente da república do Chile, não se analisou a fundo para além do âmbito geral das questões governamentais.

Dentro dos estudos das Relações Internacionais, a teoria feminista ainda é pouco explorada, dado seu recente surgimento, datando da década de 1980, momento histórico no qual passaram a eclodir e se fortalecer movimentos sociais reivindicando a igualdade de gênero. Foi no contexto do “terceiro debate”, marcado pelo embate entre posições positivistas e pós-positivistas, que as pesquisas na área se intensificaram. No estudo das relações internacionais, em um primeiro momento, o foco dos estudos feministas se deu o âmbito da economia política internacional, onde os questionamentos femininos seriam mais bem recebidos. Esta etapa seria crucial para a inclusão das mulheres na disciplina (WHITWORTH, 1994). É nesse momento passa-se a criticar e desafiar os postulados convencionais da disciplina das relações internacionais, em especial a forma e o objeto do estudo da política internacional (TICKNER, 2001)

Por sua vez, esta pesquisa tenta compreender o impacto das decisões de mulheres no poder no sistema internacional, análise de importância fundamental, uma vez que o âmbito do feminismo nas Relações Internacionais está intrinsecamente interligado à disciplina como um todo. Por esse motivo, a interseção de análise de política externa e teoria feminista têm a contribuir aos estudos de Relações Internacionais e vêm tendo muito avanço nas pesquisas, a partir de profundas transformações de cunho ontológico e epistemológico pelas quais passaram a disciplina vindas últimas décadas do século XX e sobre as autoras e pensadoras feministas de influência (MONTE, 2013).

2. MATERIAIS E METODOS

De modo a compreender os fatos relacionados dos governos liderados por mandatárias femininas e realizar eficientemente essa pesquisa, foram selecionados métodos fundamentais de abordagem e captação de informações. Assim, a metodologia desta pesquisa será apresentada a seguir.

O procedimento da pesquisa decorrerá por meio da busca de informações relevantes ao tema, buscando auxiliar a boa condução da pesquisa, por meio da utilização de materiais bibliográficos, como livros de autores renomados e de autores que documentem com excelência os temas tratados, independente do renome deles, além de artigos acadêmicos relacionados a temas como o feminismo

e a atuação de mulheres no sistema internacional. Serão estudadas e apresentadas, também, as teorias feministas, ponto central para a sustentação do pesquisado. Dessa forma, caracteriza-se, de maneira completa, a etapa de análise bibliográfica de levantamento de dados.

O método qualitativo pode ser definido pelo enfoque no caráter subjetivo do objeto analisado, de modo a permitir o estudo, por exemplo, das particularidades e experiências individuais dos objetos. Logo, será imprescindível para o pesquisador analisar as particularidades de cada governo escolhido, bem como as particularidades destes governos inseridos no sistema internacional.

Ainda assim, o método de caráter quantitativo poderá ser utilizado, porém em menor escala e com menor foco, assumindo caráter exploratório, proporcionando ao pesquisador a possibilidade de familiarização com o objeto de investigação. Portanto, quando aplicado nesta pesquisa, o método quantitativo será baseado em pessoas e fenômenos sociais, proporcionando, por meio de estatísticas e resultados numéricos, material de estudo relevante e de visível e significativo proveito, construindo um caminho claro para que os resultados aos que se deseja chegar assim o sejam, com excelência.

Neste Relatório, a metodologia utilizada é a abordagem qualitativa descritiva que é realizada através da obtenção de artigos científicos, teses de Mestrado e/ou Doutorado, o levantamento bibliográfico foi realizado através de artigos.

3. RESULTADOS

3.1 GÊNERO E SEXO

Para Scott (2010), a ideia de construção cultural repousa sobre a noção de que sexo e gênero poderiam ser distinguidos, um a que se refere a biologia, o outro para a cultura, apesar de que foi o gênero que atribuiu à biologia seu significado supostamente inerente. Essa linha entre gênero e sexo tornou-se turva no uso popular, pois para algumas pessoas, o gênero tornou-se uma maneira educada de se referir a algo relacionado ao sexo, enquanto o sexo foi reservado para atos físicos de reprodução. Para outros, o gênero teve implicações radicais que precisavam ser interrompidas.

Dentro da ONU, a controvérsia foi tal que a Comissão sobre o Estatuto da Mulher tinha anteriormente criado um grupo de contato para buscar um acordo sobre o "significado comumente entendido de gênero". Entre aqueles que insistiram em uma

definição estritamente biológica e aqueles que queriam se referir aos papéis de homens e mulheres construídos pela sociedade, levou a uma resolução não formativa que foi oferecida como um apêndice ao Programa de Ação da conferência. A "Declaração sobre o Comumente Compreendido O significado do termo 'gênero'" é o seguinte:

Tendo considerado a questão completamente, o grupo de contato observou que 1) a palavra gênero tinha sido comumente usada e compreendida na sua forma ordinária, geralmente usada em inúmeros outros fóruns e conferências das Nações Unidas; (2) não havia indicação de que qualquer novo significado ou conotação do termo, diferente do uso anterior aceito, na Plataforma de Ação. Nesse sentido, o grupo de contato reafirmou que a palavra 'gênero' utilizada na Plataforma de Ação foi concebida para ser interpretada e entendida como sendo de uso comum e geralmente aceito. (Comissão das Nações Unidas sobre o estatuto da mulher 1996)

Entretanto, não há explicação sobre o que é o "uso geralmente aceito." É como se o significado fosse auto evidente, livre de ambiguidade e todas as interpretações erradas possíveis.

Embora esses debates tenham demonstrado o quão profundo é o efeito do pensamento feminista teve nos anos anteriores - "gênero" era um termo que parecia transportar ameaças de ruptura e subversão feminista - eles também mostraram o quanto foram recuperados, privados de sua importância como um desafio radical ao status quo. Como o *American Heritage Dictionary* havia apontado vários anos antes, no uso comum, "gênero" tornou-se simplesmente um sinônimo para as diferenças entre os sexos, ambos atribuídos e "natural".

Nos anos 70 e 80, o "gênero" fez um importante trabalho teórico para as feministas; proporcionou uma forma de repensar os determinantes das relações entre os sexos; não houve "uso geralmente aceito" para o termo. Mas, é necessária atenção para os diferentes significados que as mesmas palavras podem ter. "Gênero" pode se referir às maneiras pelas quais as relações entre homens e mulheres foram concebidas, mas nem os relacionamentos, nem os "homens" e "mulheres" foram tomados para ser o mesmo em todas as instâncias. Em meados da década de 1990, o termo gênero parecia ter perdido sua vantagem crítica, uma vez que a palavra não era mais desconcertante, não oferecia um desafio ao uso gramatical fixo; em vez disso, era um termo mais comumente entendido no feminista léxico.

Se gênero continua ou não a ser uma categoria útil de análise, não é sobre a palavra em si, mas sobre os usos críticos que continuam a fazer disso. Com demasiada frequência, "gênero" conota uma abordagem programática ou

metodológica em que os significados de "homens" e "mulheres" são considerados fixos; o ponto é descrever papéis diferentes, não os interrogar. O foco deve não estar nos papéis atribuídos a mulheres e homens, mas na construção de diferenças sexuais.

A obra de Denise Riley, "Am I that Name?" Feminism and the Category of "Women" in History, publicada em 1988, compartilha do pensamento de Scott, no que diz respeito à preocupação com o feminismo e a história. O livro de Riley é dirigido às feministas e à dificuldade colocada pela necessidade de insistir e recusar a identidade das "mulheres" não uma responsabilidade, mas a condição que dá origem ao feminismo.

Foi a política feminista que trouxe as mulheres à vista como objeto de investigação histórica. "Gênero" foi um chamado para interromper a poderosa atração da biologia, abrindo todos os aspectos da identidade sexual para o interrogatório, incluindo a questão de ser ou não masculino/ feminino, masculino/ feminino era o contraste sendo invocado. São, muitas vezes ineficazes, tentativas de eliminar a confusão psíquica que a diferença sexual gera, fantasia individual em linha com o mito cultural e organização social.

Ainda em Scott (2010), é o gênero que produz significados para sexo e diferença sexual, não sexo que determina os significados de gênero. Não há apenas nenhuma distinção entre sexo e gênero, mas gênero é a chave para o sexo. E se esse for o caso, então o gênero é uma categoria útil de porque nos obriga a historicizar as maneiras que o sexo e a diferença sexual têm foi concebido. Quando o gênero é uma questão em aberto sobre como esses significados são estabelecidos, o que eles significam e em que contextos, então continua a ser uma categoria útil de análise.

3.2 O FEMINISMO

O feminismo é um movimento social que busca a igualdade entre os sexos e, dentro da área de Relações Internacionais, foi importante para a construção da Teoria Feminista, que surgiu com o objetivo de analisar os fenômenos no cenário político internacional de uma forma diferente. Entretanto, não é um tópico abordado com frequência. Os ideais feministas foram incluídos nessa disciplina nos anos 1990.

"A disciplina de Relações Internacionais começou a ter que lidar com a importância da categoria de gênero na política internacional, quando, em algumas guerras na década de 1990, o estupro de mulheres foi usado como uma arma para limpeza étnica. Esse fato ocorreu não por

elas serem de um grupo étnico diferente, mas por serem, simplesmente, mulheres” (NOGUEIRA & MESSARI, 2005)

3.2.1 O feminismo nas Relações Internacionais

O desenvolvimento da teoria das Relações Internacionais é organizado na forma cronológica de “grandes debates” de Smith (1995). O primeiro seria entre realistas e idealistas; o segundo, entre tradicionalistas e behavioristas; e o terceiro, entre positivistas e pós-positivistas, dentre outras variações. Essas são, segundo Tickner (1997), as vertentes tradicionais das relações internacionais. Todavia, as Relações Internacionais são bastante complexas, uma vez que as estruturas de poder são desiguais, sendo legitimadas por uma produção de conhecimento baseada no senso comum. Essas desigualdades podem se representar na questão de gênero, que serão discutidas ao decorrer do artigo. As mulheres estiveram, por muito tempo, ausentes da área acadêmica, principalmente no que diz respeito à política internacional.

Perante o exposto, o feminismo interseccional é aquele que privilegia a análise da opressão de gênero, sem, contudo, desconsiderar as demais opressões. O recorte desse estudo fixa-se nas mulheres, mas reconhece, por exemplo, que as mulheres brancas podem desfrutar privilégios aos quais as mulheres negras não têm acesso. É necessário não hierarquizar opressões, mas reconhecer que elas estão presentes conjuntamente nas relações.

Harding e Collins (2015) consideram a opressão de gênero em três aspectos: institucional, individual e simbólico. No âmbito institucional, estruturam-se dominações e hierarquias machistas, nas escolas, agências governamentais, no Estado, dentre outros. Além disso, as imagens simbólicas das categorias de raça, classe e gênero contribuem para a perpetuação das dominações e subordinações. Então, o caminho é não ignorar questões de classe e raça na análise da opressão de gênero. O aspecto individual da opressão também deve ser analisado. Nesse sentido, ainda que se trate especificamente das Relações Internacionais, a vida particular das mulheres importa. Isso porque, de acordo com Collins, o status simbólico em que se inserem as pessoas influi nas escolhas particulares. Diante disso, a escolha particular torna-se um ato político, o que confirma as afirmações de Enloe nesse sentido.

Collins (2015) analisa, então, que gênero, raça e classe são categorias que devem ser analisadas conjuntamente, e isso é um requisito para que mudanças

ocorram. É necessário reconhecer as diferenças de poder e privilégio. A autora verifica que a universidade é um espaço para o desenvolvimento de debate e minimização dessas diferenças, ao igualar a possibilidade de debate e exposição de ideias, o que possibilita a resistência e esforços para lutar contra as opressões.

O predomínio do homem branco no cenário internacional e na produção da ciência tem sido questionado cada vez mais. A Teoria Feminista, portanto, oferece os meios para combater as opressões nas relações internacionais.

Para Jacqui True (2005), os conceitos no campo de Relações Internacionais são, em sua maioria, androcêntricos: eles assumem o masculino como único modelo de representação coletiva e que devem ser tidos como padrão. Ela separa as teorias feministas de RI em três divisões: feminismo empírico, analítico e normativo.

O “Feminismo Empírico”, analisa a falta de representatividade e da participação feminina no mundo político, apontando que há no campo das RI uma representação de que as experiências masculinas podem contar para ambos homens e mulheres. “As mulheres sempre foram parte das relações internacionais para aqueles que decidem enxergá-las” (ENLOE, 1984, 1994, 2000 apud TRUE, 2005).

Já o “Feminismo Analítico”, estuda a desconstrução do conceito de gênero como delimitador de capacidades, tendo em vista que a associação de masculino é à autonomia, soberania e racionalidade enquanto o de feminino é à falta dessas características, tendo por consideração que esses conceitos são associados à experiência masculina, em um cenário dominado por homens.

E o “Feminismo Normativo”, segundo True, é caracterizado pela intenção de transformar uma agenda normativa em uma mudança global. Essa teoria reconhece que não existe um espaço ideal para feministas abordarem relações internacionais.

De acordo com o pensamento de Tickner (2013), as características dos Estados, como a força, independência e autoajuda, remetem a características de um homem soberano. Portanto, a construção do Estado se deu de forma androcêntrica, excluindo as mulheres e manipulando a identidade de gênero para sua legitimidade internacional. Prova disso é o direito ao voto, concedido às mulheres brasileiras apenas em 24 de fevereiro de 1932, durante o Governo de Getúlio Vargas; e os cargos de poder político, que são predominantemente ocupados por figuras masculinas, apesar do número de mulheres no Brasil ser superior ao de homens. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, a população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Diante

do exposto, o sistema internacional e os Estados representam, majoritariamente, uma vontade masculina.

Apesar dessas desigualdades, ainda no posicionamento de Tickner (2013), não devemos desistir totalmente do Estado, pois é ele, em sua forma democrática, que garante a proteção dos direitos civis, como declarado no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Esse Estado, então, deve ter sua identidade reconstruída a fim de não estar relacionada a formas militarizadas, gendradas e excludentes. Assim, seria possível criar um diálogo entre as diferentes culturas, evitando a criação de hierarquias.

É necessário, de acordo com Cynthia Enloe (2014), investigar como as masculinidades e feminilidades funcionam e modelam a vida política internacional. Por conseguinte, é necessário um olhar crítico para compreender como o gênero molda as Relações Internacionais, de forma a questionar as estruturas e opressões vigentes. A autora também incita o interesse pela vida particular de cada uma das mulheres, porque cada uma delas pode auxiliar na construção de uma realidade diferente, contra a opressão de gênero, na medida em que elas foram relegadas ao cuidado da família, ao âmbito doméstico e desprovidas, por muito tempo, de participação política. Isso contribui para a construção política dos gêneros, que implica uma valorização superior dos atributos masculinos, fazendo com que identidades e atividades que são concebidas como próprias dos homens tenham maior prestígio, em comparação a de identidades e atividades associadas às mulheres. Esses atributos masculinos se alinham com alguns conceitos para a explicação do comportamento estatal das abordagens positivistas: o equilíbrio de poder como resultado da competição entre Estados e a definição de anarquia como a característica central do sistema baseado na soberania. Essa construção política tem como principal característica a hierarquização de gêneros, na medida em que distribui poder, autoridade e recursos de forma a privilegiar os homens. O acesso das mulheres aos recursos, ao poder e à autoridade é, portanto, desigual e dificultado.

Segundo a linha de raciocínio de Peterson e Runyan (1999), é comum que mulheres quando conquistam posições de poder adotem uma atitude masculinizada,

a fim de se adaptar mais facilmente às demandas da política, o que reforça a ideia de que gênero não é apenas um atributo pessoal, mas também de instituições. Conseqüentemente, a questão seria incluir um diferente ponto de vista, e não apenas mulheres.

Assim como Peterson e Runyan, Tickner (1997) também defende que a maioria das feministas das RI abordam o gênero como uma construção social e empregam essa categoria com o objetivo de questioná-la. Uma vez que a produção de ciência se apega a uma suposta neutralidade de gênero, mas, na verdade, indica uma predominância do gênero masculino de forma mascarada. Nesse sentido, as feministas, em geral, definem gênero como um conjunto de características que são construídas social e culturalmente e que estão associadas ao estereótipo de masculinidade – como poder, racionalidade, autonomia e outros. Ademais, Tickner (2001) afirma que, historicamente, a socialização feminina fez com que mulheres estivessem mais ligadas ao comunitário, à cooperação, à não hierarquização. Ademais, afirmar como feminino aquilo que é cooperativo e não hierárquico intenciona valorizar o feminino socialmente, todavia também serve para reificar estereótipos femininos tradicionais.

Dentre as principais vertentes da epistemologia feminista, destaca-se o ponto de vista feminista, o qual, segundo Nancy Hartsock (1996), significa observar as conseqüências epistemológicas de afirmar que a vida das mulheres difere de forma estrutural da vida dos homens. Para a autora, a dominação masculina, ocidental e branca na ciência produziu um conhecimento parcial e excludente, que marginaliza as mulheres. Dessa forma, a mulher pode aproveitar seu conhecimento de vivência enquanto mulher como uma vantagem contra a dominação masculina, o que permite capacidade explicatória e emancipatória.

De acordo com a corrente de pensamento das Feministas Liberais, a opressão das mulheres ocorre em decorrência das barreiras legais do Estado, que impedem a realização de direitos individuais. As liberais consideram o Estado como agente potencial de promoção da igualdade e apesar de ele se engajar em práticas discriminatórias, é a autoridade mais apropriada para garantir os direitos das mulheres. Em oposição às ideias das liberais, Feministas Radicais vão defender que a opressão feminina seria uma das primeiras, mais profundas e difundidas formas de opressão, e que o patriarcado é um sistema de opressão que permeia as instituições da sociedade para muito além da esfera legal.

Outra diferença entre essas duas correntes é que, enquanto as liberais afirmam a igualdade entre os gêneros e buscam oportunidades iguais para mulheres ascenderem a situações de privilégio definidos pela masculinidade, as radicais discorrem sobre a diferença e a necessidade de valorização das características e experiências femininas tradicionalmente inferiorizadas em sociedades patriarcais, afirmando que essa valorização carrega em si um potencial transformador da própria sociedade, além de priorizar a autonomia e a liberação das mulheres em relação a normas masculinistas e heteronormativas, desafiando o poder do gênero dentro do Estado e do sistema interestatal. As Radicais dedicam-se à investigação sobre como as experiências e atividades associadas às mulheres e ao corpo feminino são desvalorizadas e como a violência sexual é uma forma de controle das mulheres. Enloe (2000) constrói uma ligação dos casos de estupro militar e analisa as formas pelas quais o estupro se liga aos conflitos étnicos, a fim de ressaltar as relações existentes entre a violência sexual e a internacional.

As feministas socialistas são parte do grupo chamado “ponto de vista”, e para elas, a percepção da realidade varia com a situação do observador e, no caso das mulheres, sua situação de desprivilegio permite que elas tenham uma visão objetiva da realidade:

“A posição subordinada das mulheres significa que essas, ao contrário dos homens (ou de alguns homens), não possuem interesse na mistificação da realidade a fim de reforçar o status quo; logo, há maior probabilidade que elas desenvolvam um entendimento mais claro, menos enviesado, do mundo.” (TICKNER, 2001)

O ponto de vista feminista em RI sofre fortes críticas ao longo da década de 90, isso porque as causas da opressão das mulheres é fruto da emergência da terceira onda feminista, sustentada por feministas pós-coloniais, pós estruturalistas e pós-modernas, que levantam dúvidas sobre a possibilidade de determinar as causas estruturais para a opressão das mulheres. Para esses pesquisadores, as fontes de opressão são dinâmicas e complexas, em concordância com o dinamismo das relações sociais em geral e não podem ser identificadas e fixadas como queriam as feministas de ponto de vista.

A Teoria Feminista em RI se aproxima, cada vez mais, das questões ontológicas e epistemológicas das abordagens pós positivistas. O discurso sobre o

gênero como fonte complexa de organização de poder, instituições e hierarquias torna-se cada vez mais central para essa teoria em Relações Internacionais.

“Em certo sentido, não existem ‘homens’ e ‘mulheres’ no mundo – não há um ‘gênero’ – mas apenas indivíduos, mulheres e homens construídos por lutas históricas particulares sobre as quais raça, classe, sexualidade, culturas, grupos religiosos e assim por diante vão incidir no acesso a recursos e poder” (Harding, 1999)

De acordo com Peterson e Runyan (1999), a delimitação das experiências pelo gênero simplifica a identidade individual, servindo à produção de interpretações usadas para organizar a sociedade hierarquicamente. Feministas pós-modernas vão concentrar-se no uso de métodos genealógicos ou desconstrutivistas para analisar as formas pelas quais se constroem as ligações entre o gênero e os fenômenos internacionais.

Os Estudos de Gênero e as Relações Internacionais gerou inúmeros conflitos e divergências, exemplo disso são as críticas feitas pelas feministas radicais sobre as pós-modernas, na qual é apontada a tendência a se distanciar da realidade dos indivíduos, fechando-se no debate sobre as construções da ciência. Esse fechamento distanciaria as pós-modernas do projeto emancipatório original dos Estudos de Gênero, ignorando os problemas de indivíduos cuja melhora de vida é a razão de ser original da teoria feminista.

Uma outra vertente estudada do feminismo, é o ecofeminismo, particular no seu modo de analisar os mecanismos que funcionam no apoio de estruturas hierárquicas e opressivas. Para pensadoras dessa corrente, toda opressão existe em um contínuo e toda exploração está correlacionada e é essencialmente a mesma, variando apenas em grau. As mulheres sofrem a exploração primordial, e todas as outras formas de opressão estão modeladas a partir da experimentada por elas. A relação entre Estados disputaria essa opressão, na medida em que Estados marginais são feminilizados. Como consequência, essas relações de exploração acabam refletindo sobre as mulheres, que sofrem cargas acumuladas dessas explorações. Essas feministas vão defender a importância da substituição da autonomia masculinista, que organiza as formas de exploração em um contínuo, pelo da interdependência, visando a redefinição da relação entre homens e mulheres baseada

em respeito. Para elas, só assim seria possível superar as diversas formas de opressão da sociedade contemporânea.

A princípio, Sylvester (1994) relata que existem três formas pelas quais a teoria feminista objetiva incluir a categoria gênero na disciplina das Relações Internacionais. Em primeiro lugar, tomando como pressuposto a existência de uma maneira particular de conhecer a realidade própria às mulheres, o ponto de vista feminista faz a ligação desse pressuposto com atividades reprodutivas que são caracteristicamente atribuídas às mulheres. Tais maneiras são desvalorizadas no campo científico por serem frequentemente consideradas como instintivas e emocionais. Parte do projeto científico e político das feministas é incluir e dignificar essas formas de conhecimento, transformando-as em pontos de vista epistemológicos que desafiem e ofereçam alternativas aos atuais cânones teóricos, a fim de reproduzir e manter os privilégios de certos grupos sociais.

Por conseguinte, Sylvester identifica dois tipos de feminismo: o pós-modernismo feminista e o feminismo pós-moderno. O feminismo pós-moderno é o ponto de negociação entre o pós-modernismo feminista, que interpreta a diferença sexual como função da linguagem, e o ponto de vista feminista, que se baseia na ideia da existência de mulheres reais, e um corpo de experiências femininas concretas, distintas e objetivas.

Ainda, Sylvester se propõe a apurar um dilema identificado por Enloe em sua obra *Maneuvers* (2000): como valorizar mulheres, visões e experiências femininas, mantendo, ao mesmo tempo, uma desconfiança saudável, do ponto de vista pós-moderno, em relação a identidades de gênero que possam ser identificadas e fundamentadas em uma realidade biológica dos corpos? Como parte da resposta, Sylvester acredita que são as localizações múltiplas de mulheres que o ponto de vista feminista alcançou, sem priorizar nem cristalizar nenhuma das várias experiências.

A fim de reconciliar o ponto de vista feminista e pós moderno, Sylvester propõe um projeto político-metodológico de “política de conversação empática”:

“que nos ajuda a aprender quais são as vantagens e as limitações de nossas categorias identitárias herdadas e decidir sobre nossas identidades, política e preocupações diárias em vez de continuar a reproduzi-las ou rejeitá-las automaticamente porque vêm de fontes estabelecidas de autoridade.” (SYLVESTER, 1994, p. 12-13)

A construção do conhecimento passa a ser dependente de incessantes conversações e negociações sobre ele. Analisando o terceiro debate, ou mesmo a repetição da prática de debates paradigmáticos, nas Relações Internacionais, pode-se pensar nele como uma prática otimista, cujo objetivo não é chegar a uma decisão definitiva sobre os termos da disciplina, mas sim a manutenção desse espaço permanente de negociações e conversações. Contudo, ao observar os diversos debates que ocorreram na disciplina, Sylvester não considera que essa possibilidade de uso do terceiro debate está sendo realizada. Pois, conforme a autora, o campo ainda se prende a práticas de exclusão que não permitem às Relações Internacionais a realização do seu potencial, incluindo as experiências, corpos e lugares sociais daqueles que foram historicamente definidos como minorias na teoria. Os movimentos teóricos que ganharam forte reconhecimento expulsaram as mulheres das construções das Relações Internacionais, construindo um local de domínio masculino nos debates teóricos. Uma vez que as mulheres foram suprimidas dessa teoria, Sylvester vê como um dos objetivos da Teoria Feminista desestabilizar e subverter esse campo, com a finalidade de buscar as vozes femininas e as formas femininas de conhecer para ampliar o espaço ontológico da disciplina.

Por fim, é comum dizer que com o fim da Guerra Fria o sistema internacional foi distanciando das preocupações tradicionais de segurança e alta política, permitindo que assuntos da agenda “soft” tivessem sua importância para o campo ampliada. Com isso, as abordagens feministas teriam, com sua preocupação em identificar as margens do meio internacional, alcançado maior expressividade. Essa, no entanto, é só parte da explicação para a expansão das abordagens centradas no gênero. Como exposto, a variação de temas que podem ser abordados pela Teoria Feminista é tanto função de mudanças históricas na constituição do sistema, quanto dos instrumentos usados para dar sentido a ele. Apesar disso, Tickner (2013) se opõe à ideia de que com o terceiro debate e o fim da Guerra Fria, houve um movimento pela inclusão das mulheres em RI. Para ela, as mulheres sempre estiveram presentes nesse campo, mas não tinham visibilidade. Em sua análise final é apontado por ela, as teorias de RI preocupadas com a justiça e a moralidade no sistema internacional, com a genealogia do surgimento histórico do Estado e com as relações entre poder e conhecimento na organização da política estatal.

O estudo procurou mostrar a possibilidade de convergências entre preocupações feministas e uma teoria das Relações Internacionais, pós-positivista,

que seja capaz de explicitar as formas pelas quais as mulheres são inevitavelmente parte do campo, ainda que não tenham tanto destaque quanto figuras masculinas. Ressaltando a necessidade de construir uma organização teórica em que as opressões sejam conjuntamente consideradas, com o questionamento às categorias tradicionais.

3.3 CARÁTER MASCULINO NO SISTEMA INTERNACIONAL

A Teoria Feminista na área de Relações Internacionais foi construída a partir do conceito de feminismo e surgiu com o objetivo de demonstrar a importância da busca pela verdade em torno da representatividade feminina, além de desmistificar o real significado da luta feminista e trazer seu verdadeiro conceito para o âmbito internacional. O desenvolvimento das Relações Internacionais é bastante complexo, uma vez que as estruturas de poder são desiguais. Essas desigualdades podem se representar na questão de gênero, visto que, por muito tempo, as mulheres estiveram ausentes da área acadêmica e à política internacional. O estudo procurou mostrar a possibilidade de convergências entre preocupações feministas e uma teoria das Relações Internacionais, que seja capaz de explicitar as formas pelas quais as mulheres são parte do campo, ainda que não tenham tanto destaque quanto homens. Ressaltando a necessidade de construir uma organização teórica em que as opressões sejam conjuntamente consideradas, com o questionamento às categorias tradicionais.

Com o fim da Guerra Fria, a centralidade dos estudos de segurança nacional e a predominância do realismo começaram a ser questionados no chamado Terceiro Debate das Relações Internacionais. Foi dentro desse contexto que as perspectivas feministas sobre segurança começaram a ser articuladas. É isso o que Tickner (2001) demonstra, como as perspectivas feministas sobre segurança surgem de diferentes ontologias e epistemologias das convencionais de estudos de segurança.

As mulheres raramente têm sido provedores de segurança no convencional sentido do termo, como soldados ou formuladores de políticas. Só recentemente as mulheres começaram a entrar no campo da segurança nas RI em números significativos. Mesmo elas terem escrito sobre segurança por várias perspectivas por um longo tempo, não foram escutadas. No paradigma realista, guerra e paz são retratados como conceitos de gênero, guerra e masculinidade e paz e feminilidade.

O começo do debate sobre o significado de segurança e a agenda em expansão, assim como sobre como explicar o conflito e prescrever para a sua melhoria, foram coincidentes com o Terceiro Debate nas Relações Internacionais. Estudiosos do lado crítico começaram a usar explicações realistas para o comportamento de segurança dos estados com base em modelos economistas, de escolha racional ou modelos de equilíbrio da ciência natural associados ao equilíbrio de poder. Muitos alegavam que os problemas da cultura e identidade deveriam ser incluídos para ter um completo entendimento dos interesses e políticas de segurança dos Estados. Estudiosos pós-estruturalistas começaram a questionar os mitos fundamentais das visões de mundo realistas sobre as quais as explicações realistas do conflito dependem. Eles afirmavam que essa teoria não poderia ser separada da prática política.

Para R.B.J. Walker, o estado é uma categoria política em uma guerra que o mundo ou a humanidade não é. A segurança dos estados domina a compreensão do que a segurança pode ser porque outras formas de comunidade política foram tornadas impensáveis. No entanto, dados os perigos das armas nucleares, não é possível sobreviver em um mundo baseado em uma lógica extrema de soberania de estado, nem em um onde a guerra é uma opção para a mudança de sistema. A Segurança deve ser analisada em termos de como as inseguranças contemporâneas estão sendo criadas e por uma sensibilidade à maneira pela qual as pessoas estão respondendo às inseguranças, retrabalhando sua compreensão de como sua própria situação se encaixa em estruturas mais amplas de violência e opressão. Feministas – com sua abordagem ascendente para a segurança, uma ontologia das relações sociais e uma agenda emancipatória - estão começando a empreender tais reanálises.

Estudos críticos de segurança desafiam o realismo tanto em bases ontológicas quanto epistemológicas. Muitos dos seus adeptos defendem uma definição mais ampla de segurança, ligada à justiça e à emancipação. A maioria dos estudos feministas sobre segurança também emprega uma ontologia e epistemologia diferentes dos estudos de segurança convencionais. Relutante em ser associado a qualquer um dos lados do debate realista/idealista, a maioria dos estudos feministas sobre segurança é compatível com o lado crítico do Terceiro Debate.

O compromisso das feministas com o objetivo emancipatório de acabar com a subordinação das mulheres é consistente com uma ampla definição da segurança que usa o indivíduo como ponto de partida. Feministas procuram entender como a

segurança dos indivíduos e grupos é comprometida pela violência, física ou estrutural, em todos os níveis. As feministas geralmente compartilham a visão de outros estudiosos críticos de que a cultura e a identidade e os modos interpretativos de análise ascendente são cruciais para a compreensão das questões de segurança e que as visões emancipatórias de segurança devem ir além das estruturas estatísticas.

Eles diferem, no entanto, em que adotam o gênero como uma categoria central de análise para entender como as estruturas sociais desiguais, particularmente as hierarquias de gênero, afetam negativamente a segurança dos indivíduos e grupos. Elas também se preocupam com o que acontece durante as guerras, especialmente o impacto delas sobre mulheres e civis. Feministas analisam o impacto das guerras no micro nível, adotando gênero como uma categoria de análises e acreditam que gênero é uma construção social variável.

Olhando os efeitos da guerra nas mulheres, são perceptíveis as relações desiguais de gênero que sustentam atividades militares. Guerra é uma construção social que depende do mito da proteção, não é inevitável, como sugerem os realistas. Portanto, muitas feministas, como certos estudiosos críticos de segurança, definem a segurança amplamente em termos multidimensionais e multiníveis, como a diminuição de todas as formas de violência, incluindo física, estrutural e ecológica. Essas definições feministas de segurança surgem da centralização das relações sociais, em especial relações de gênero, para a teorização feminista.

3.4 MULHERES EM CARGOS DE PODER

Compreender as articulações teóricas e metodológicas que fundamentam uma análise de gênero da diplomacia dispõe de um rico arsenal conceitual e teórico que estabelece múltiplos diálogos com as teorias feministas institucionais e com os feminismos nas Relações Internacionais. Entretanto, lacunas persistem tanto na incorporação de interseccionalidades quanto na abordagem comparativa dos casos, ambas fundamentais para o aprofundamento da análise de gênero da diplomacia

como instituição. A ausência de mulheres na diplomacia é visível, tanto que, segundo dados da ONU Mujeres (2020), em 2020 apenas 6,6% dos chefes de Estado e 6,25% dos chefes de governo são mulheres; 20,5% das presidências de parlamento e 25,3% de suas vice-presidências são ocupadas por representantes femininas. Na diplomacia, o cenário não é muito diferente para as embaixadoras: elas são 25% das designadas pela América do Norte; 18% pela América do Sul; 14% pela Europa; 17% pela África; 6% pelo Oriente Médio; 10% pela Ásia e 25% pela Oceania (Towns & Niklasson, 2018). O Brasil apresenta aproximadamente 25% do seu corpo diplomático composto por mulheres, proporção que se reduz à medida que se verificam os postos de maior prestígio (Farias & Carmo, 2018). Apenas 15% de todas as embaixadas no mundo são chefiadas por mulheres (Towns & Niklasson, 2018) e 10% dos quadros de negociadores de processos de paz são compostos por representantes do sexo feminino (United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women, 2012).



Fonte: ONU Mujeres (2020).

Essa baixa representação feminina na política e suas burocracias reflete as estruturas de gênero que ainda persistem nas sociedades. A sociedade ainda se encontra longe de uma paridade de gênero que confira às mulheres uma representação política minimamente adequada (Fraser, 2013). As teorias feministas

em relações internacionais apontam diferentes motivos para tal ausência de mulheres na esfera internacional, o principal sendo o caráter eminentemente masculino do sistema internacional, definido por noções de agressividade, competição e dominação (Tickner, 2001; 2006a)

3.4.1 Poucas mulheres em cargos ministeriais e em organismos internacionais

As poucas mulheres à frente de pastas ministeriais (ONU Mujeres, 2020) e cargos nos organismos internacionais (Lenine & Pereira, 2021; Martins, 2018) responsabilizam-se por temas do que se convencionou denominar de *low politics*, geralmente vinculados às concepções de esfera privada, domesticidade e cuidado. Os estudos sobre as mulheres na diplomacia ainda são escassos, como já mencionado.

Essa agenda vem avançando recentemente, de modo que os casos analisados isoladamente permitem verificar tendências gerais nas trajetórias das mulheres diplomatas. Persiste ainda um grande obstáculo ao seu avanço, bem como inviabiliza a inserção feminina em áreas tradicionalmente masculinizadas.

As hierarquias de gênero estruturam a arena internacional, distribuindo de maneira desigual o poder, o reconhecimento e o prestígio entre homens e mulheres diplomatas. Nesse sentido, o olhar feminista transcende os “significados de masculinidade e feminilidade”, investigando também como esses significados determinam onde as mulheres estão e o que elas pensam sobre onde estão, oferecendo uma leitura sobre o próprio poder (Enloe, 2014, p. 8).

Subscrevendo aos ideais racionalistas e empiristas das teorias sociais do começo do século XX, as feministas liberais buscaram evidenciar a ausência feminina nas instituições. O advento das revoluções do fim do século XVIII e do século XIX resultaram, ainda que com profundas limitações, na integração das mulheres aos processos políticos. O surgimento de exames de admissão permitiu que a atividade diplomática, antes desenvolvida somente por quadros recrutados diretamente das elites e nobrezas, se abrisse para os demais setores sociais (Aggestam & Towns, 2018). No entanto, o ingresso de mulheres na diplomacia não foi necessariamente imediato nem absoluto: não só precisou ser negociado ante uma série de preconceitos sociais baseados em estereótipos de gênero, como também enfrentou banimentos por determinados períodos.

Um dos marcos fundamentais para a mobilização feminina na arena da diplomacia internacional é a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que instituiu a agenda de Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Em linhas gerais, a resolução clama, entre variados temas ligados aos direitos das mulheres, pela participação feminina nas negociações de processos de paz (assim como em posições-chave designadas pela ONU), visando fomentar perspectivas de gênero no pós-conflito (United Nations Security Council, 2000).

Hierarquias de gênero que restringem a atuação das mulheres diplomatas, sua ascensão na carreira, sua participação em negociações de temas de segurança internacional e economia, seu confinamento em áreas associadas a papéis femininos.

As instituições, sob uma perspectiva feminista, reproduzem as hierarquias de gênero baseadas na concepção da masculinidade hegemônica, constituindo, assim, desigualdades de poder que privilegiam os homens na arena internacional; e a elas se reservam as funções que reforçam os ideais e papéis de gênero, tais como os assuntos sociais e demais temas de *low politics* (Aggestam & Towns, 2018; Cassidy, 2017). Persiste, portanto, uma divisão sexual do trabalho dentro dos ministérios de relações exteriores, bem como nos organismos internacionais.

Uma das agendas prementes em negociações de paz investiga as formas como a masculinidade imbuí a situação pós conflito de estruturas de poder associadas à segurança e ao militarismo, e como a presença de mulheres diplomatas pode romper com essa lógica de negociação (Aggestam & Towns, 2018). Ademais, a própria diversidade de gênero é uma força motriz para a transformação das hierarquias de poder em suas variadas manifestações interseccionais dentro dos ministérios e organismos internacionais, permitindo que novas normas emergjam e guiem a arena internacional.

Partindo da trajetória feminista, os debates feministas adentraram as Relações Internacionais com o Terceiro Grande Debate teórico, que passou a informar novas abordagens epistemológicas acerca da produção de conhecimento (Monte, 2013). Não é por acaso que, ao se inserirem na disciplina, as teorias feministas atuam em diversas frentes, que buscam compreender a construção social dos significados à luz do gênero; discutir a variabilidade histórica do conceito nas diferentes sociedades; e teorizar sobre o poder e o gênero, revelando suas estruturas invisíveis e invisibilizadas (Enloe, 2014; Tickner, 2001). Como sintetiza Joan Scott:

O 'gênero' abriu todo um conjunto de questões analíticas sobre como e em que condições diferentes papéis e funções foram definidos para cada sexo; como os próprios significados das categorias 'homem' e 'mulher' variaram de acordo com o tempo, o contexto e o lugar; como as normas regulatórias de conduta sexual foram criadas e aplicadas; como questões de poder e direitos influenciaram definições de masculinidade e feminilidade; como as estruturas simbólicas afetaram as vidas e práticas das pessoas comuns; como as identidades sexuais foram forjadas dentro e contra as prescrições sociais. (Scott, 2010, p. 9)

A caracterização dessa masculinidade e suas implicações para as definições dos papéis de gênero informam a agenda teórica de gênero e diplomacia, na medida em que proporciona leituras do Estado e suas instituições como estruturas generificadas (Aggestam & Towns, 2018).

Ao atuar como uma relação estrutural de poder, o gênero se constitui como “um conjunto central de distinções entre diferentes categorias de pessoas, valoriza algumas em detrimento de outras, e organiza o acesso a recursos, direitos, responsabilidades, autoridade e opções de vida sobre as linhas demarcatórias daqueles grupos” (Cohn, 2013, p. 4).

Esses ideais de feminilidade e masculinidade informam a atuação das (poucas) mulheres presentes na arena internacional, estabelecendo padrões de desigualdade de acesso à política (Tickner, 2006b). Essa divisão entre espaços público e privado dentro das fronteiras que se transpõe para o tabuleiro internacional é questionada pelas correntes feministas das relações internacionais e, não por acaso, Enloe (2014) propõe que se pense também como o “pessoal é internacional”.

3.5 MICHELLE BACHELET

Verónica Michelle Bachelet Jeria nasceu em Santiago dia 29 de setembro de 1951. Filha do General de Força Aérea, Alberto Bachelet, e da arqueóloga Ángela Jeria, Michelle estudou medicina na Universidade do Chile, período durante o qual ela se juntou às fileiras do Partido Socialista. Após o golpe de 11 de setembro de 1973, seu pai foi preso em 1974 pela ditadura militar, morrendo na prisão, e Michelle e sua mãe passaram à clandestinidade. Em janeiro de 1975, ela foi detida em Villa Grimaldi por agências de aplicação da lei da ditadura, antes de ir para o exílio. Ocupou o lugar de ministra da Saúde no governo de Ricardo Lagos, entre 2000 e 2002, e posteriormente o cargo de Ministra da Defesa, tendo sido a primeira mulher a exercer este cargo na América Latina. Foi eleita presidente do Chile em 2006, para um mandato de quatro anos, sucedendo ao ex-presidente Ricardo Lagos. Em 2013, foi novamente eleita para novo mandato presidencial de quatro anos, tornando-

se a primeira a vencer duas eleições presidenciais na história do país. O governo Bachelet ficou conhecido por terminar o primeiro mandato com alta taxa de aprovação, mas o segundo mandato com baixa popularidade. Ela foi a primeira mulher a ocupar a pasta da Defesa a presidir o Chile, de 2006 a 2010. Ela foi pioneira na ONU dando à entidade ONU Mulheres um começo dinâmico e inspirador, em 2010. Ela é conhecida por ser uma campeã dos direitos humanos. Bachelet pede a participação igualitária das mulheres em todas as esferas da vida, considerando como fundamental para a democracia e a justiça.

3.5.1 Michelle Bachelet como nova chefe de direitos humanos da ONU

Em 2018, a ex-presidente do Chile foi indicada como chefe de estado de direitos humanos na ONU pelo secretário-geral, António Guterres; substituindo o atual alto comissário de direitos humanos, Zeid Al Hussein. O grande destaque de Bachelet para o cargo foi o “pioneirismo” dela e esta foi a segunda vez que serviu à ONU. Ela foi a primeira diretora-executiva da entidade ONU Mulheres, que promove a igualdade de gênero, autonomia e os direitos das mulheres no mundo. A paridade de gênero nas discussões sobre o desarmamento é uma prioridade fundamental do secretário-geral António Guterres, que sempre pediu a participação significativa das mulheres nos esforços de pacificação, manutenção da paz e construção da paz. A Assembleia Geral confirmou a indicação do nome da ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, para ocupar o posto de alta comissária para direitos humanos, nas Nações Unidas e ressaltou que ela assumirá o cargo no mesmo ano em que a Declaração Universal Humanos completa o septuagésimo aniversário.

3.5.2 Atuação na ONU a partir da defesa dos direitos das mulheres

Chefe de direitos humanos da ONU, Michelle Bachelet, liderou pedidos para que os novos líderes talibãs do Afeganistão respeitem os direitos de todos os afegãos e alertou que o tratamento de mulheres e meninas é uma “linha vermelha fundamental” que não deve ser ultrapassada. Ela também disse que “uma linha vermelha fundamental será o tratamento dado pelo Talibã a mulheres e meninas, e respeito por seus direitos à liberdade, liberdade de movimento, educação, auto-expressão e emprego, guiados por normas internacionais de direitos humanos. Em particular, garantir o acesso à educação secundária de qualidade para meninas será um indicador essencial do compromisso com os direitos humanos.” Entre as violações

relatadas recebidas por seu escritório, a chefe de direitos da ONU citou execuções sumárias de civis e membros das forças de segurança nacional afegãs, recrutamento de crianças-soldados e repressão de protestos pacíficos e expressões de dissidência. Uma das principais conquistas do período como chefe dos Direitos Humanos foi a aprovação de uma resolução que inclui o direito a um meio ambiente limpo como fundamental.

3.5.3 Atuação em prol dos direitos das mulheres como presidente do Conselho de Direitos Humanos

Cecile Aptel, Diretora Adjunta do UNIDIR, Instituto das Nações Unidas para a Pesquisa sobre Desarmamento, destacou que, em média, apenas uma em cada cinco delegações de desarmamento são chefiadas por mulheres. Por causa da pandemia do COVID-19, ela afirmou que retrocedeu o relógio na igualdade de gênero, portanto é do que necessário melhorar a participação das mulheres no controle de armas e no desarmamento. Um exemplo foi quando as reuniões passaram a ser online, o número de intervenções realizadas por mulheres caiu – provavelmente devido ao fato de palestrantes registrados eram muitas vezes embaixadores masculinos.

Diante disso, após pedido da UNIDIR de que mais mulheres ocupem seu lugar de direito nas discussões de segurança internacional, a Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, recebeu esse pedido e se posicionou em respeito a invasão da Ucrânia pela Rússia, dizendo que essa circunstância criou uma nova ameaça à paz e segurança global que é a base para o desenvolvimento sustentável e todos os direitos humanos; e que a guerra trouxe consequências negativas em todo o mundo, particularmente para mulheres e meninas. De acordo com Bachelet, as mulheres não têm oportunidades iguais para moldar as políticas internacionais de desarmamento e segurança, quando essas mesmas políticas afetam a todos.

A líder do Programa UNIDIR para Gênero e Desarmamento, Renata Dalaqua, complementa o pensamento de que as políticas em debate afetam a todos. Mas as mulheres, as pessoas de cor e as minorias não têm a mesma oportunidade de moldá-los, pois as pesquisas mostram que as mulheres estão cronicamente sub-representadas nas discussões relacionadas à segurança internacional.

A ex-vice-ministra da Defesa da África do Sul e atual diretora do Escritório Quaker da ONU em Genebra, Nozizwe Madlala-Routledge, insistiu que a participação

de mais mulheres em todos os níveis da política de segurança internacional foi não apenas um direito, mas também um componente crítico para melhorar a diversidade e, portanto, melhorar as chances de decisões mais eficazes e sustentáveis. Apesar da adoção de quatro resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança, ainda é notório a sub-representação acentuada das mulheres, especialmente nas estruturas e mecanismos internacionais de segurança.

Alcançar a participação efetiva das mulheres em áreas como a implementação de tratados e programas de paz e desarmamento requer alcançar um amplo envolvimento da população. As mulheres precisam estar presentes em grande número para poder efetuar mudanças, se levar em consideração a natureza profundamente patriarcal da maioria das instituições de poder e estruturas de tomada de decisão, particularmente aquelas que lidam com a segurança internacional, como já observado.

Finalizando, Bachelet observou que isso resultou na participação de mulheres em três dos quatro processos de paz liderados pela ONU em 2020. Mas as mulheres representavam apenas 23% dos delegados de partidos para conflitos nesses processos.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através do apresentado, é nítido a necessidade de uma nova perspectiva a respeito de como se analisam as situações envolvendo mulheres que alcançaram cargos de importância no cenário internacional, as chefes de Estado, que é o caso de Michelle Bachelet. Este projeto buscou explorar os impactos ao sistema internacional derivados da inserção de mulheres cargos de liderança de Estado, tendo como foco figuras femininas; analisando a forma como a presença da desigualdade de gênero afetou as relações exteriores, compilando os fatos e chegando a uma conclusão sobre os efeitos das lideranças femininas sobre o cenário internacional.

Assim, a possibilidade de convergências entre preocupações feministas e uma teoria das Relações Internacionais, pós-positivista, deverá ser capaz de explicitar as formas pelas quais as mulheres são inevitavelmente parte do campo de RI, ainda que não tenham tanto destaque quanto figuras masculinas.

Diante do exposto, a aplicação das Teorias Feministas na figura de Michelle Bachelet demonstrou que a baixa representação feminina na política reflete as

estruturas de gênero que ainda persistem nas sociedades, que ainda se encontra longe de uma paridade de gênero que confira às mulheres uma representação política minimamente adequada. As teorias feministas em relações internacionais apontam diferentes motivos para tal ausência de mulheres na esfera internacional, o principal sendo o caráter eminentemente masculino do sistema internacional, definido por noções de agressividade, competição e dominação (Tickner, 2001; 2006a).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho de Iniciação Científica foi o entendimento de como o sistema internacional é predominantemente masculino e dificulta a inserção da figura feminina nele, principalmente em papéis de liderança. A agenda de gênero e diplomacia ainda se encontra em sua infância e carece de estudos mais amplos. As teorias feministas, em especial suas manifestações na teoria política e nas relações internacionais, oferecem não só o lastro conceitual que permite a comparação, como também fomentam a interpretação de fenômenos mais amplos transversais às experiências nacionais, dentre os quais se destacam as desigualdades de poder entre homens e mulheres na carreira diplomática e as hierarquias de gênero engendradas na instituição. A diplomacia ainda é um espaço eminentemente masculino e masculinizado, caracterizado por normas, ritos e tradições flagrantemente generificados. O desafio que se coloca para as análises de gênero na diplomacia em pesquisas futuras reside na sensibilidade investigativa para essas modalidades interseccionais de hierarquização e opressão institucional, o que exige novos diálogos teóricos e abordagens metodológicas inovadoras.

REFERÊNCIAS

_____. 1989. **The disorder of women: democracy, feminism and political theory**. Stanford: Stanford University Press.

“A defesa dos Direitos Humanos é uma luta constante”, afirma Michelle Bachelet”. **ONU News**, 31 de agosto de 2022, <https://news.un.org/pt/interview/2022/08/1799702>.

“Afghanistan Women’s Rights Are ‘Red Line’, UN Rights Chief Tells States”. **UN News**. 24 de agosto de 2021, <https://news.un.org/en/story/2021/08/1098322>.

“Assembleia Geral confirma Michelle Bachelet como nova chefe de direitos humanos, na ONU”. **ONU News**, 10 de agosto de 2018, <https://news.un.org/pt/story/2018/08/1634092>.

“Memorial da Democracia - Bachelet é eleita presidenta do Chile”. **Memorial da Democracia**, <http://memorialdademocracia.com.br/card/bachelet-e-eleita-presidente-do-chile>. Acessado 5 de outubro de 2022.

“Ms. Bachelet at CSW”. **UN Women – Headquarters**, <https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/commission-on-the-status-of-women-2012/ms-bachelet-at-csw>. Acessado 5 de outubro de 2022.

BIROLI, Flávia. **Teorias Feministas da Política, Empiria e Normatividade**. Editora Lua Nova, p. 173-210, 01 de agosto 2017.

CAMPOS WELTER, Isabella. **Política de Potência da República Federal da Alemanha**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Grau de Bacharel em Relações internacionais) - Universidade do Vale do Itajaí, [S. /], 2016.

DAVIS, Angela Y. **Women, race, & class**. New York: Vintage, 1981.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. 2nd ed., University of California Press, 2014. *JSTOR*, HIRSCHMANN, Nancy J. 2008. **Gender, class & freedom in modern political theory**. Princeton, NJ: Princeton University Press

HARRINGTON, Carol. **Resolution 1325 and Post-Cold War Feminist Politics.** (2011). <https://doi.org/10.1080/14616742.2011.611662>

MARTINS, A. P. M. (2018). **Reflexões sobre igualdade de gênero e os organismos internacionais.** In D. Vitale, & R. Nagamine (Orgs.), *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção* (pp. 179-197).

MATOS, Marlise. 2010. **Movimento e teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp. 67-92.

ONU Mujeres. (2020, 1 de fevereiro). **Mujeres en la política: 2020.** Recuperado de <https://bit.ly/3dRqg3k>

Rights Chief Bachelet Backs Call for Greater Women's Role in Disarmament Talks - World | **ReliefWeb.** <https://reliefweb.int/report/world/rights-chief-bachelet-backs-call-greater-women-s-role-disarmament-talks>. Acessado 5 de outubro de 2022.

SCOTT, Joan W. **Gender: still a useful category of analysis?** *Diogenes*, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010 <10.1177/0392192110369316>. <https://doi.org/10.1177/0392192110369316>

TICKNER, J. Ann. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-Cold War world.** Nova Iorque: Columbia University Press, (2001).